CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0474/79

INTERESSADO : CÉSAR RICARD DINIZ COSTA

ASSUNTO : Matrícula na Escola de 1º Grau de candidato sem

idade legal (convalidação de atos escolares)

RELATOR : Cons. Geraldo Rapacci Scabello

PARECER CEE N° 1080/79 CEPG Aprov. em 12/09/79

I - <u>RELATÓRIO</u>

1. HISTÓRICO:

Em 31/01/79, o Sr. Francisco de Assis Pequeno Costa dirigiu-se a este Conselho solicitando a regularização da vida escolar de seu filho <u>CÉSAR RICARD DINIZ COSTA</u>, nascido nesta Capital, aos 14 de junho de 1972, cujo histórico é o seguinte:

- Em 1977 freqüentou a pré-escola no Colégio "Monteiro Lobato", 3ª DE da Capital.
- Em março de 1978, freqüentou, como ouvinte, a 1ª série do 1º grau, nesse mesmo Colégio, obtendo média final que o aprovou para freqüentar a 2ª série em 1979.

A escola, após a insistência do pai, aceitou o aluno na condição de ouvinte, tendo em vista que o mesmo não tinha a idade mínima legalmente exigida para a matrícula na 1ª série do 1º grau, e a família não havia solicitado a este Conselho o pedido de autorização nos termos da Deliberação CEE nº 22/77.

Estão anexadas ao processo ficha individual de avaliação relativa ao ano de 1978 e a certidão de nascimento do aluno.

Tendo em vista a inobservância das normas que regem o assunto, as autoridades pré-opinantes remetem-se a este Conselho para a indispensável apreciação e pronunciamento.

2. APRECIAÇÃO:

Errou a escola ao aceitar o aluno como ouvinte em 1978; essa figura não tem o respaldo da Lei.

Em obediência ao disposto no parágrafo único do art. 2º da Deliberação CEE nº 22/77, seus responsáveis deveriam ter se dirigido a este Colegiado com a antecedência de, no mínimo, sessenta dias antes do início do ano letivo, com o fim de solicitar a matrícula em caráter excepcional. Não o fizeram, alegando estarem ausentes do Estado naquela época. Não houve matrícula, não há como falar-se em sua nulidade por descumprimento da norma que rege o assunto. Resta, entretanto, o fato consumado: o aluno freqüentou toda a 1ª série do 1º grau e obteve notas que o dão como apto a prosseguir seus estudos na série seguinte.

Considerando o princípio de aproveitamento de estudos, deve a Secretaria da Educação, através dos órgãos competentes, proceder à avaliação de sua escolaridade. Se dessa avaliação se concluir que o aluno tem condições de cursar a 2ª série, fica autorizada sua matrícula nessa série; caso contrario, deverá retornar à 1ª série em 1979.

II - CONCLUSÃO

À vista do exposto, votamos no sentido de que a Secretaria da Educação, em caráter excepcional, proceda à axaliação da escolaridade do aluno <u>CÉSAR RICARD DINIZ COSTA</u>, em nível de 1ª série do 1º grau. Se dessa avaliação resultar que esse aluno tem condições de cursar a 2ª série, fica convalidada sua matrícula nessa série no Colégio "Monteiro Lobato", desta Capital, em 1979. Caso contrário, deverá retornar à 1ª série, aproveitando a freqüência registrada até a data do conhecimento oficial desta decisão.

Os resultados do processo de avaliação deverão encaminhados a este Conselho, bem como a informação quanto à série em que foi autrizada a matrícula do aluno no corrente ano letivo.

Advirta-se a mencionada Escola por ter criado condições para a ocorrência da irregularidade tratada no presente parecer.

> São Paulo, 09 de maio de 1979 a)Cons. Geraldo Rapacci Scabello Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO PRIMEIRO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os Nobres Conselheiros: Geraldo Rapacci Scabello, José Conceição Paixão, João Baptista Salles da Silva, Maria de Lourdes Mariotto Haidar e Therezinha Fram.

Sala da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, em 09 de maio de 1979.

a)Cons. JOSÉ CONCEIÇÃO PAIXÃO Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 12 de setembro de 1979

a) Consª MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR
Presidente